

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO GESTORA DO PLS

1. IDENTIFICAÇÃO

Data: 07/04/2025. **Horário:** 15h até 17h

Local da Reunião: Sala da Seção de Sustentabilidade

Pauta: alteração do PLS, plano de ação normais e planos de ação de descarbonização

Setores envolvidos: Comissão do PLS

Participantes:

- Diogo Sguissardi Margarida - Assessor – ASSP
- Valcir Mombach - SECPLEI
- Edna Sumie Yoshisawa - Coordenadora - CPLE
- Lilian Toczek - Chefe de Seção – SESUST
- Patrícia Fretta Nogueira de Lima Cabral – CPEG

2. DEBATE

Reunião iniciada às 15h, com as seguintes questões:

- A) Sobre as **reuniões da Comissão de Gestão do PLS** para 2025, enfatizando que são quatro reuniões anuais.
- B) Sobre o atual **Plano de Logística Sustentável**, destacando a necessidade de alteração das métricas utilizadas nos indicadores de sustentabilidade do TRE PR, tendo por base inclusive a forma como outros tribunais eleitorais atuam em seus planos. A Seção de Sustentabilidade fará uma pesquisa nos tribunais de grande porte e em outros que se destacaram no IDS – Índice de Desempenho Sustentável, para balizar e obter índices que atendam à realidade de nossa instituição. A alteração dos indicadores deverá ser feita ainda no ano de 2025. Diogo enfatiza que os índices e metas, que foram estabelecidos em 2021 (inicialmente com base em 2019 e 2020, mas contados efetivamente com base em 2018 e 2019 em função da pandemia) não estão batendo, sendo necessária urgente uma adaptação do plano à nossa realidade atual. Com indicadores principais, Diogo entende que temos que alterar o PLS, pois não se consegue atingir a meta: Combustível aumentou; Papel ok, Energia aumentou 2,41%, água aumentou 10%. O TRE-PR deve estabelecer metas atingíveis.
- C) Sobre o **Relatório de Desempenho do PLS**, referente a 2024, apresentado ao CNJ em fevereiro/2025, foram ressaltados alguns de seus indicadores: repetida aqui a questão dos quatro principais indicadores: Água, Energia elétrica, Combustível e Papel, para os quais

com exceção do papel, não obtivemos um bom índice de desempenho. Na questão do combustível, foi conversado sobre como apresentar as metas de consumo: ver caso a caso; ir pela média de consumo; mudar de combustível fóssil para combustível orgânico; etanol é combustível em prol da sustentabilidade; carros de passeio da frota são flex; vans, caminhões, etc. são a diesel; cartão Good Card aumentava o consumo porque não era aceito em todos os postos da rota. A proposta é tirar o índice de combustível (Patrícia) e alterar a meta para combustíveis sustentáveis. Questão a ser debatida junto às áreas, inclusive em função do plano de descarbonização, que faz parte do PLS.

Diogo ponderou que no relatório fazemos as justificativas do PLS: a adoção do etanol aumenta o consumo por litro, mas reduz os GEEs (Diogo). Lilian e Diogo vão analisar as propostas de mudanças. É preciso discutir com a SECAD, uma vez que para praticamente todos os indicadores é a SECAD que gerencia todas as atividades afetas, sendo necessário conversar com as áreas.

- D) Sobre o **Indicador de reformas nos edifícios**: Diogo afirma que os fóruns são pontos de ancoragem para o PLS. Foi relatado que já fizemos 99 reformas e o número é maior que o anteriormente definido. Não se sabe qual é nossa referência, se é 60 fóruns de um total de 154 ou 99 de 154 já realizados. O TRE-PR se antecipou no que deveria ser feito. Dessa forma, deve-se indicar tudo o que já foi feito no ano, com justificativas, adaptando o índice, pois se num ano se faz obras que atendem metas para o ano corrente e também para o ano seguinte, entende-se que a meta está cumprida para os dois anos, antecipadamente.
- E) Sobre o **Plano de Descarbonização**. Plano elaborado em conjunto com a Seção de Sustentabilidade, a Coordenadoria de Planejamento e Logística das Eleições e as áreas da SECAD, enviado ao CNJ pela SESUST. Para o desenvolvimento do Plano é necessário definir quem vai ficar responsável por ele, uma vez que compõe o PLS, inclusive já incluído no PLS vigente, conforme normativo do CNJ. Diogo informa que também se faz necessário definir se o Plano de Descarbonização vai até 2026 ou 2030, atendendo a neutralidade de carbono de 100% somente em 2030. Nesse interregno, definir sobre o prazo para zerar os Créditos de Carbono, sobre a necessidade de executar mesmo sem ter verba. Diogo ponderou ainda que o PLS é documento interno, e que a descarbonização trata-se de expectativa x realidade; ele também destacou que as reuniões realizadas nos polos regionais são decisões da Alta Administração, o que podemos fazer é apenas dar sugestões e não estabelecer essas questões como metas. Ponderou também que as justificativas podem ou não ser aceitas, e por isso temos que definir as nossas metas. Por exemplo, a política do Tribunal é ir para o interior e descentralizar tudo.
- Diogo entende que, primeiramente, precisamos definir agenda do inventário de gases de efeito estufa conforme cronograma do CNJ. Em segundo lugar, que seja promovida a aquisição de veículos híbridos, com a consequente retirada de veículos próprios que serão substituídos.

Adicionalmente, promover um melhor consumo de combustível da frota, inclusive com instrução dos motoristas no modo de dirigir, com auxílio da SECAD.

Com relação à infraestrutura, é importante que a questão do ar-condicionado seja verificada com a CIP e a compra de novos aparelhos com a CGP. Também é fundamental discutir a questão de gastos de energia e novas proposições junto à CIP.

Por fim, Diogo enfatiza que a produção de cartilhas e realização de campanhas de sensibilização sobre o consumo de energia seria interessante, levando em consideração que todos os fóruns são similares.

- F) Sobre o **Instituto de Água e Terra**: Lilian informa que em conversa com o Instituto, na pessoa do sr. Mauro, servidor do IAT, foi debatido o interesse do TRE em promover plantio de árvores, com a intenção de compensação de gases de efeito estufa, procedimento que faz parte do Plano de Descarbonização. Pedimos para agendar com o Sr. Secretário Rafael Greca (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Sustentável (SEDEST) para alinhar nossas necessidades, e como a SEDEST pode nos orientar e auxiliar. Foi acionado áudio do sr. Mauro para a Lilian e ouvido por todos os presentes. Diogo fala sobre como poderia ser feito o plantio, que a área responsável, nesse caso poderia ser a SECAD. Foi sugerido o plantio de árvores em terrenos de Pinhais e Maringá; mapear o terreno para plantio de cada fórum e transformar as áreas em APP. Sobre a sugestão de o IAT de ceder terrenos para plantio de árvores, Diogo questionou qual seria a contrapartida, considerando a sobreposição de proprietários que tem ocorrido nesses casos.
- G) Sobre os **planos de ação sustentáveis**, com iniciativas múltiplas: Nesse caso, Diogo ponderou que como há muitas iniciativas, 53 atualmente, é importante escolher temas prioritários, definir o que é operacional e o que é sustentabilidade. Informa que os descartes realizados por outros setores, em campanhas de reciclagem de material, que hoje recai sobre a Seção de Sustentabilidade, deve ser feito por outros setores, pois envolve áreas da SECAD, já que os materiais a serem descartados são da instituição como um todo. Diogo entende que é importante fazer reuniões com as áreas, apresentar propostas, informar qual o resultado esperado, para depois definir quais os planos a serem implementados.

3. DELIBERAÇÕES / ENCAMINHAMENTOS

Pesquisa de indicadores em outros tribunais eleitorais com vistas a melhor definir nossos indicadores, metas e ajustar o PLS do TRE PR.

Refazer nosso PLS a partir das pesquisas de indicadores realizadas.

Manter um menor número de iniciativas, porém que tenham peso nos resultados, principalmente em função da apresentação ao CNJ.

Definir um plano para diminuir o consumo de combustível da frota, inclusive com instrução dos motoristas no modo de dirigir.

Pulverizar as atribuições de sustentabilidade junto a outras áreas do Tribunal, com reuniões e planos de trabalho direcionados a atender nosso Plano de Descarbonização.

4. ENCERRAMENTO

Eu, Lilian Toczek, lavrei a presente ata, que é assinada por mim e demais participantes, e será publicada na Intranet e seu extrato será publicado na página de Internet deste Tribunal.